



Pinga Fogo



JORNAL DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS DO MARANHÃO - JAN/FEV 2016

RETROSPECTIVA 2015



Sindicato e categoria em 2015: Lutas, intensas negociações em campanhas salariais e o V Congresso Estadual dos Urbanitários marcaram o ano.

Páginas 2 e 3

ESPECIAL V CONGRESSO ESTADUAL DOS URBANITÁRIOS

Congresso reuniu trabalhadores e trabalhadoras urbanitários(as) em São Luís, para debater assuntos sobre saneamento, setor elétrico, privatização, entre outros.

Páginas 4 e 5

Mais...

ENEVA: Campanha salarial 2015 apresentou entraves.

Página 6

CAEMA: Omissão do Governo do Estado quanto às privatizações no saneamento, descumprimento de acordo coletivo de trabalho e retaliação a funcionários marcam o primeiro ano da nova gestão da Companhia.

Página 7

ARTIGO: Se o Governo Dilma quer privatização, nós lutaremos contra esse golpe.

Página 8



Denúncias na CAEMA e no SAAE Timon.

Página 8

+ Nesta Edição

Categoria vota pela aprovação da contraproposta da CEMAR para o aditivo ao ACT 2014/2016.

Página 6

A LUTA NOS SAAE'S

Arari, Codó e Timon: dificuldades nas negociações entre gestões municipais e diretorias dos SAAE'S deixam trabalhadores e trabalhadoras na incerteza

Página 6

A LUTA E A UNIÃO DEVEM CONTINUAR

2015 passou e foi marcado por diversas lutas dos trabalhadores e trabalhadoras capitaneados pelo Sindicato, em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Tivemos intensas rodadas de negociações para conquistar direitos a tantos trabalhadores e trabalhadoras, fomos às ruas contra as privatizações do saneamento e do setor elétrico e não nos calamos diante dos desmandos de diretores das empresas. O STIU-MA sempre será a favor da categoria, dos trabalhadores e trabalhadoras que, apesar das adversidades, mantém as empresas de pé, melhorando a cada dia, e não abaixará a cabeça diante dos obstáculos. Tivemos campanhas salariais na CAEMA, CEMAR, ENEVA, ELETRONORTE, SAAE's e TBE; aprofundamos-nos nas realidades dos SAAE's; realizamos o 5º Congresso Estadual dos Urbanitários e fechamos 2015 com um saldo positivo e a sensação do dever cumprido.

Em 2016, estaremos prontos para os novos desafios, SEMPRE juntos com a categoria, como o STIU-MA sempre esteve em 31 anos de existência. Pois sabemos que, lutando junto, as nossas conquistas serão alcançadas.

A DIREÇÃO DO STIU-MA

**COLABORE COM O PINGA FOGO!
MANDE SUGESTÕES, DENÚNCIAS
E CRÍTICAS PARA:**

**stiuma@uol.com.br
comunicacao@urbanitarios.org.br**

Pinga Fogo

UMA PUBLICAÇÃO DO



**Sindicatos dos
Urbanitários do
Maranhão**
Filiado a
ENU CUT

Presidente: José do Carmo Castro
Sec. Imp. e Comunicação: Raimundo Oliveira
Jornalista Responsável: Maria Rita Machado
Diagramação e Impressão: Gráfica Santa Clara / 4.000 exemplares

Sede-São Luís:

Av. Getúlio Vargas, 1998 - Monte Castelo
São Luís/MA - CEP: 65020-300
Fone (98) 3221-1411/3082-6820/3083-5597
Fax (98) 3231-5633

Sub-sede Imperatriz:

Rua Rio Grande do Norte, 617 Centro
Imperatriz/MA - Telefax(098) 3525-3275

www.urbanitarios.org.br

stiuma@uol.com.br

RETROSPECTIVA 2015

O STIU-MA traz, nesta edição do Pinga-Fogo, uma retrospectiva destacando as ações do Sindicato durante todo o ano de 2015. Foram muitas as lutas, em campanhas salariais, negociações e atos em favor dos urbanitários e urbanitárias no estado, além da luta contra a entrega dos serviços de saneamento à iniciativa privada.

Sempre com o apoio de trabalhadoras e trabalhadores, o STIU-MA se manteve firme na luta por direitos. Mesmo com obstáculos - como a atual crise política e econômica - desfavoráveis alcançou conquistas e em 2016, continuará com tantas outras lutas iniciadas no ano que passou.

LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO SANEAMENTO



O ano de 2015 foi de intensa organização dos trabalhadores e da sociedade, diante da ameaça real, de privatização do setor de saneamento, tendo o STIU-MA como o articulador dessa organização. As gestões municipais têm sido embaladas pelo canto da sereia, com a promessa da melhoria dos serviços de abastecimento de água, caso a concessão dos serviços sejam repassadas para a iniciativa privada, pois esta vende a ideia de que a prestação dos serviços melhorará num piscar de olhos. Puro engodo. Eles não dizem que a sociedade é quem paga a conta, sendo que na maioria das vezes se caracteriza em puro estelionato, pois apesar das contas subirem de forma exorbitante, a melhoria dos sistemas que fora prometida, não aparece, aumentando apenas o lucro dos donos do capital. Em São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Timon, a população já sente os efeitos da privatização, pois as contas de água subiram assustadoramente, e os serviços pioraram. O STIU-MA provocou o Ministério Público, nesses municípios para, como fiscal da lei, entrar com Ações Judiciais para reduzir as tarifas e anular o processo. Em Santa Inês, o processo já está avançado, pois o poder público municipal resolveu atender aos interesses do capital privado, deixando as necessidades da população de lado, PRIVATIZANDO os serviços de fornecimento de água do município, sendo vencedora a Empresa Brasil Central de Engenharia (EMBRACE), num processo nebuloso, com pouca publicidade, para que não tivesse a participação da sociedade, pois o objetivo era apenas, dar ar de legalidade ao processo. O STIU-MA teve presente, organizando assembleias com os trabalhadores e, atos públicos com a participação maciça da sociedade, contra essa manobra arquitetada pelos poderes públicos municipais para a entrega dos Serviços de Saneamento à iniciativa privada. No município de Santa Inês, o fato ainda não se consumou porque a CAEMA se negou em entregar o sistema para a prefeitura para que



esta entregasse à empresa vencedora do processo. Com a recusa da CAEMA, o poder público municipal impetrou ação na justiça, para a retomada do sistema, para poder entregar à iniciativa privada. Estando o processo em andamento. Enquanto a ação tramita na justiça, o Sindicato vem mobilizando a sociedade contra esse desmando, já tendo realizado Ato Público, além de reuniões com lideranças locais como forma de organizar a sociedade civil organizada para o embate, pois os prejudicados são os trabalhadores e a sociedade.

Em Bacabal, o processo ainda está em seu início, porém estamos mobilizando a sociedade e os trabalhadores, já tendo reunidos por diversas vezes, inclusive, com participação efetiva na Sessão da Câmara de vereadores, que seria votado o projeto que autorizaria a entrega da concessão à iniciativa privada, projeto este que seria encaminhado pelo poder público municipal.

O Sindicato vem acompanhando de perto, a situação das concessões, distrato, licitações e audiências públicas referentes aos serviços de água e esgotamento sanitários prestados pela CAEMA e pelos SAAE's, no estado, e todos os movimentos feitos por aqueles que querem entregar os serviços de saneamento à iniciativa privada. Pois o setor de saneamento vem sendo alvo de grupos que tem interesses contrários à prestação de serviços de abastecimento de água e esgoto à população com qualidade e eficiência, pois se preocupam apenas em auferir lucros.

O STIU-MA continua acompanhando de perto e cobrando, principalmente do Governo do Estado, um posicionamento sobre o processo que atinge não só os municípios citados, mas uma boa parte de municípios maranhenses, pois o nosso objetivo é lutar, sempre, por Empresas públicas moralizadas, com gestões transparentes e democráticas e, que preste serviço de qualidade à população.

REUNIÃO DE DIREÇÃO GERAL 2013/2016 DO STIU-MA PARA DISCUTIR DEMANDAS DO SINDICATO

Em 2015, a direção geral do STIU-MA reuniu-se conforme o Estatuto para debater diretrizes do Sindicato para serem encaminhadas durante o ano. Diretores da executiva, por locais de trabalho e representantes sindicais participaram dessas reuniões.

Foram colocados em pauta temas como a situação nas empresas, a Campanha Salarial dos setores elétricos e saneamento, entre outros. Um ponto que tem sido central nessas reuniões são os debates

sobre a atual conjuntura e, principalmente, os riscos de privatização.

Esses eventos têm contado com técnicos do DIEESE, expondo os desafios dos setores de saneamento e elétrico, mostrando dados que refletem a crise que se abate, principalmente, sobre estes setores.

Estes debates tem tido como principal objetivo direcionar e qualificar a atuação do sindicato para lidar com estes desafios.

RETROSPECTIVA 2015

ELETRICITÁRIOS EM CAMPANHA

Em março de 2015 o Sindicato dos Urbanitários promoveu reunião para planejamento do SINDINORTE em São Luís. A reunião discutiu o acompanhamento do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da Eletronorte e definiu os rumos do SINDINORTE em 2015.

O foco principal da reunião foi a situação da Eletronorte e a representatividade dos trabalhadores da Eletronorte de Araraquara pelo SINDINORTE. A relação entre empresa e entidade de classe também foi discutida.

Dentre outros assuntos tratados, o regimento interno do SINDINORTE e sua adequação estiveram em pauta.

A Campanha Nacional dos Eletricitários 2015 partiu em defesa da Participação nos Lucros e Resultados de 2014 (PLR) para os trabalhadores do setor elétrico. No Maranhão, os trabalhadores da Eletronorte aderiram às manifestações, lideradas pela



CUT/FNU e pelo CNE.

Os trabalhadores do sistema Eletrobrás enfrentaram longos meses de intensas negociações, e aprovaram em ampla maioria no último dia 24 de junho a proposta de PRL 2014, apresentada pela direção da empresa.

Inicialmente foi apresentada pelos negociadores da empresa uma proposta de apenas 0,7 da folha. A partir daí, foi necessário poder de mobilização, articulação política e unidade dos trabalhadores, para convencer o Governo e a direção da Eletrobrás que era preciso avançar. Durante esse período foram realizadas paralisações, além de uma greve de três semanas.

A cada mobilização a categoria se colocava de forma determinada, com espírito de luta, mas, sobretudo com paciência para entender o grau de dificuldade que envolveu todo o processo de discussão com a Eletrobras e outros órgãos do Governo.



PROPOSTA DE PCS E TICKET FORAM DEFINIDAS DEPOIS



A negociação do pagamento do restante do Plano de Cargos e Salários - PCS aconteceu durante a Campanha para o Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2017, em três meses de lutas e esforços conjuntos em Assembleias na empresa. Porém, a proposta de pagamento do restante do PCS da CAEMA foi aprovada com ressalvas. A principal delas: os R\$ 100,00 em TICKET ALIMENTAÇÃO SUPLEMENTAR, que constava no acordo do PCS, pois o trabalhador entendia que já fazia parte do seu ticket mensal, pois já estava completando seis anos de seu recebimento. Esse ticket foi colocado no acordo do PCS para compensar o longo período para a sua implantação total, dentro das condições estipuladas no acordo e não para compensar perdas pela falta de cumprimento por parte dos gestores. Na ocasião, os trabalhadores e trabalhadoras concordaram em NÃO ABRIR MÃO desse direito.

CAMPANHA SALARIAL CAEMA 2015



Trabalhadores e Trabalhadoras da CAEMA se reuniram mais uma vez para a Campanha Salarial. Iniciada em abril e encerrada em julho, a categoria lutou contra as adversidades e aprovaram em assembleia a contraproposta da empresa. A contraproposta aprovada foi fruto da negociação realizada entre a diretoria da Companhia e o Sindicato. A categoria deliberou que as negociações só se dariam com a presença de diretores com poder de decisão nas reuniões, pois o poder da Comissão de negociação indicada pela empresa tinha se esgotado, e com isso, não havia possibilidade de avanço.

As cláusulas que mais avançaram foram: ADICIONAL DE PERCURSO para os companheiros do ITALUÍS; AUXÍLIO LUTO, que ficou em R\$ 2500,00; VALE TRANSPORTE, com o pagamento em dinheiro para os companheiros de Imperatriz, que devido ao problema de transporte vivido na cidade estavam com 05 meses atrasados; AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, onde o valor mensal foi reajustado em 13%, fechando no valor de

R\$ 780,00; PLANO DE SAÚDE, onde a faixa de desconto para os pais foi ajustada e quem recebe até R\$ 1.200,00 paga 5% da remuneração. Para quem recebe acima desse valor, paga 10%, limitado ao valor per capita do plano; REAJUSTE SALARIAL, com reposição da inflação dos últimos 12 meses, ou seja, 8,34%; AUXÍLIO CRECHE, que teve reajuste pelo índice da inflação e ainda conquistamos aumento da faixa etária (antes era até 07 anos, agora é até 08 anos; AUXÍLIO EDUCAÇÃO, em que ficou definido o ressarcimento de despesas com material escolar para quem tem filhos matriculados e estudando até 18 anos e que percebam até 02 vezes o menor salário pago na empresa; DIÁRIAS, com a redução do número de faixas, passando de 03 para 02, ou seja, uma para diretores e outra faixa para os demais trabalhadores; LICENÇA MATERNIDADE, com a ampliação da Licença Maternidade de 120 para 180 dias. Tudo isso sem contar alguns ajustes e avanços menores, mas de grande significado para a categoria e a manutenção das demais cláusulas.

ELEIÇÕES PARA CONSELHO FISCAL E ADMINISTRATIVO DA CAEMA

Em Junho de 2015, o STIU-MA organizou eleição para representantes dos trabalhadores nos Conselhos de Administração e Fiscal da CAEMA. A eleição ocorreu no dia 25 do respectivo mês, em São Luís e nas regionais.

O pleito foi realizado conforme previsto em Lei, no Estatuto Social da Empresa e ainda no Acordo Coletivo de Trabalho. Os candidatos concorreram a uma vaga no Conselho de Administração (Titular e Suplente) e uma vaga no Conselho Fiscal (Titular e Suplente).

A apuração ocorreu no dia 26 de junho, na sede do STIU-MA. Foram eleitos para o Conselho Administrativo, José do Carmo Vieira de Castro, presidente do STIU-MA e funcionário da CAEMA há 33 anos; e Wesley Sousa Serra, lotado na regional de Pedreiras, funcionário da CAEMA admitido desde 2006, respectivamente. Para o Conselho Fiscal, foram eleitos os funcionários da Eletronorte José Raimundo Batista Alves (titular) e Maria José Serra Pinheiro (suplente).

V CONGRESSO ESTADUAL DOS URBANITÁRIOS É REALIZADO EM SÃO LUÍS



O Sindicato dos Urbanitários realizou o 5º Congresso Estadual dos Urbanitários. No período de 10 a 12 de dezembro de 2015, delegados e delegadas eleitos em todo o Estado e que participaram dos encontros regionais preparatórios para o Congresso, se reuniram em São Luís para debater sobre Conjuntura, Saneamento, Energia, situação das empresas em que trabalham, Plano de Lutas, entre outros.

No dia 10 pela manhã foram realizadas as celebrações pelos 30 anos de lutas do STIU-MA. Pela tarde, o presidente do Sindicato José do Carmo Vieira de Castro fez a leitura do Regimento Interno do 5º Congresso, aprovado por unanimidade. Em seguida, foi a vez do assessor do DIEESE Gustavo Teixeira apresentar um painel sobre a atual Conjuntura Internacional e Nacional. A Conjuntura Estadual foi também discutida ao fim do painel.

No segundo dia do evento foi a vez do assessor da FNU Edson Aparecido realizar palestra sobre Saneamento. Na oportunidade, Edson mostrou aos companheiros e companheiras presentes a situação do Saneamento no Brasil, sua evolução, Setor Privado e as diversas formas de Privatização do Saneamento. Entraram em debate ainda as gestões das empresas prestadoras de serviços de saneamento e o desafio de garantir o controle social. A palestra foi finalizada com demonstrativos sobre a CAEMA. A Companhia apresenta alta porcentagem de evasão, baixa hidrometração nos municípios e perdas na distribuição.

À tarde, o setor de Energia esteve em pauta. O assessor do DIEESE Gustavo Teixeira explicou a atual situação do setor no País e o déficit que o setor vem apresentando, principalmente, por buscar fontes alternativas de energia e pagar mais caro por isso. Em relação à distribuição da energia pela CEMAR, a secretária do STIU-MA Itaci Melo apresentou dados que comprovam o lucro positivo da Companhia, mesmo com a crise, e mesmo assim sempre é necessária intensa mobilização para garantir direitos aos funcionários e funcionárias da empresa. Na explanação, foi mostrado que a CEMAR é composta por funcionários jovens que não entendem que a luta sindical é feita em prol deles e não contra eles. Ao fim do segundo dia, foi realizada a Confraternização dos Delegados do 5º Congresso Estadual dos Urbanitários.

Dando continuidade aos trabalhos, foi

discutida a criação da Federação dos Urbanitários do Norte, onde o Secretário de Energia da FNU e Secretário Geral do STIU-MA Fernando Pereira leu o Edital, para aprovação, da criação da Federação, que foi aprovado por unanimidade.

Na manhã do dia 12, último dia de Congresso, foi iniciado com a proposta para lançamento de uma campanha para escolha de uma nova logomarca para o STIU-MA, que será apresentada, à categoria, oportunamente.

Em seguida os delegados - funcionários dos SAAE's - presentes no congresso, falaram sobre as situações dos SAAE's. Em Campestre, o companheiro Osvaldo relatou que é necessária a atuação constante do Sindicato no município, uma vez que as negociações com a Prefeitura são difíceis, além do que a administração municipal falha na manutenção do SAAE.

No SAAE de Balsas a situação não é diferente. Segundo relato do companheiro Wagner, trabalhador do SAAE, há uma falsa ideia de estabilidade. Segundo ele, o SAAE não tem dinheiro e, apesar do esforço do diretor para reverter a situação,



o mesmo não pode contar com a administração do município.

O companheiro Helismar, de Bacabal, citou como principais problemas do SAAE a falta de investimento e a extensa folha de pagamento.

Em Grajaú, o relato do companheiro Marco Túlio aborda a chegada dos paraquedistas, crescente com a nova gestão. Segundo ele, eram apenas 7 funcionários antes e, com a gestão atual, o número saltou para 40. Foram realizadas manifestações contra a antiga diretoria, que queria reduzir direitos dos trabalhadores. O companheiro lembrou ainda que a classe deve ser mais unida para enfrentar os problemas, como o risco de privatização do serviço e o não repasse, pela administração pública, da correção dos salários aos funcionários do SAAE.

No município de Timon, os funcionários do SAAE consideram golpe o que aconteceu com o saneamento. O prefeito da cidade privatizou os serviços de saneamento, no que tange a zona urbana, ou seja, o filé desses serviços, deixando a zona rural para ser explorada pelo SAAE, onde há dificuldade de arrecadação. Outro agravante falado foi que a maioria dos trabalhadores foram realocados em secretarias do município. A arbitrariedade é tanta que o prefeito quer anular o concurso

de 2005. Os funcionários do SAAE foram então realocados em outras secretarias.

A situação em Estreito apresenta a mesma situação dos outros SAAE's: o prefeito usa o SAAE como o governo usa a CAEMA, resiste em fazer concurso público para investir na contratação de terceiros sem limites, e o SAAE está há 3 anos sem reajuste salarial. A administração pública resiste em receber os diretores do Sindicato.

Em Codó, apesar de o PCS ter sido implantado há 3 anos, não houve mais reajuste salarial, desde então. Lá, segundo relatos ouvidos no Congresso, as ameaças de demissão são constantes.

Por fim, em Arari, o empecilho para as negociações são os coligados do prefeito que atuam no SAAE. Enquanto metade dos funcionários se propõe a participar das negociações, outra metade se recusa, e há resistência, por serem parentes do diretor da autarquia.

Suely Gonçalves da Conceição falou no Congresso sobre os Conselhos das Cidades, e a importância da contribuição de cada urbanitário em participar dos projetos e debates dos desenvolvimentos e reorganização das cidades.

Uma breve retrospectiva com histórico das negociações na Eletronorte foi realizada pelo companheiro Fernando Pereira. O quadro, demonstrado por ele, mostra os avanços e conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras com o passar dos governos. Fernando citou que o quadro é sempre atualizado e mostrado, para que os urbanitários(as) não sintam saudade de uma época onde não eram valorizados. A mesma retrospectiva, de avanços e conquistas, foi realizada pelo companheiro Zé do Carmo, em relação às empresas de saneamento.

As proposições de Alterações Estatutárias, colhidas durante os Encontros Regionais antecessores ao Congresso, foram aprovadas com unanimidade pelos companheiros (as), assim como o Plano de Lutas e as Moções de Repúdio contra o Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, a privatização do Sistema Eletrobrás, a omissão do Governo do Estado no processo de privatização do Saneamento que vem ocorrendo em alguns municípios e, ainda, contra o presidente da CAEMA, que exonerou do cargo e realocou um funcionário por ele ter participado do Encontro Regional em São Luís.



ESPECIAL - V CONGRESSO ESTADUAL DOS URBANITÁRIOS



ENCONTROS REGIONAIS: PREPARATIVOS PARA O CONGRESSO

Para a realização do 5º Congresso Estadual dos Urbanitários, foram realizados os Encontros Regionais preparatórios para o Congresso, que reuniram os delegados (as) para discutirem o temário que seria debatido no Congresso, que foi realizado em São Luís, no período de 10 a 12 de dezembro. Ao todo, o STIU-MA realizou encontros em Santa Inês, Chapadinha, Presidente Dutra, Pinheiro, Caxias, São João dos Patos, Imperatriz e São Luís. Trabalhadores e trabalhadoras da base compareceram em peso. Nos encontros regionais, foi apresentada a pauta que foi discutida no Congresso, as normas dos encontros, discutida e analisada a conjuntura nacional e estadual, privatização e terceirização no Setor Elétrico e Saneamento.



ENCONTRO REGIONAL EM SÃO JOÃO DOS PATOS



ENCONTRO REGIONAL EM SANTA INÊS



ENCONTRO REGIONAL EM PRESIDENTE DUTRA



ENCONTRO REGIONAL EM PINHEIRO



ENCONTRO REGIONAL EM IMPERATRIZ



ENCONTRO REGIONAL EM CHAPADINHA



ENCONTRO REGIONAL EM CAXIAS



ENCONTRO REGIONAL EM SÃO LUÍS

O STIU-MA AGRADECE A CADA URBANITÁRIO, CADA URBANITÁRIA PRESENTES NO CONGRESSO! JUNTOS, A NOSSA LUTA SE FORTIFICA!

CATEGORIA VOTA PELA APROVAÇÃO DA CONTRAPROPOSTA DA CEMAR PARA O ADITIVO DO ACT 2014/2016



O STIU-MA realizou em 17 de dezembro, mais uma Assembleia Geral para deliberação da contraproposta da CEMAR sobre o Aditivo ao ACT 2014/2016, após semana intensa de assembleias por Locais de Trabalho nas Regionais.

No dia 11 de dezembro, em mais uma reunião de negociação entre o Sindicato e a CEMAR, a empresa apresentou nova contraproposta mantendo os mesmos percentuais oferecidos em proposta anterior (6,20% e 3,89%) para pagamento em Novembro e Janeiro. Só que desta vez, o percentual a ser aplicado em Janeiro, segundo a proposta da CEMAR, seria retroativo a Novembro e o Auxílio Alimentação seria implantado o percentual da inflação do período, no mês de Novembro. A votação dos trabalhadores e trabalhadoras para aprovação da contraproposta foi secreta, com fichas de votação em urnas, pois a CEMAR estava pressionando os trabalhadores e trabalhadoras a aceitarem a contraproposta.

Mesmo com a votação em sigilo, a maioria dos funcionários(as) votou pela aprovação da contraproposta. Até a aprovação da contraproposta, a CEMAR chegou a oferecer 0% de

reajuste, o que a categoria classificou como humilhante. Após intensa mobilização na sede da Empresa, a CEMAR apresentou contraproposta, com reajuste parcelado: 6,20% em 01/11/2015 e 3,89% em 01/03/2016, e estendeu esta mesma regra ao Auxílio Alimentação, ao Auxílio Educação, e Transferência de Empregados. O Auxílio Alimentação Natal, Seguro de Vida e Piso Salarial ficaram sem reajuste, segundo a contraproposta. Em relação ao Programa de Participação no Resultados - PPR, a empresa sugeriu validar o período e manter sem alteração. A proposta foi rejeitada em Assembleia.

Após nova negociação, a CEMAR apresentou em mesa uma contraproposta que mantinha os mesmos percentuais, porém trazendo a segunda parcela para Janeiro/2016 sem retroatividade, o que foi rechaçada pela Comissão de Negociação do STIU-MA, por entender que a contraproposta não refletia o bom momento da CEMAR, apesar da crise.

Por fim, a CEMAR apresentou a proposta que foi aprovada pela categoria, debaixo de muita pressão por parte da direção da Empresa, inclusive com ameaças veladas.

ENEVA: CAMPANHA SALARIAL 2015 APRESENTOU ENTRAVES

A Campanha Salarial ENEVA 2015 foi repleta de resistências, tanto pela direção da empresa quanto de funcionários, por medo de ameaças. Após 5 rodadas de negociações, o que a empresa apresentou foi um verdadeiro descaso com seus trabalhadores e trabalhadoras.

Na última contraproposta, aprovada em assembleia, a empresa apresentou reajuste de 5,58% no salário e 10% de reajuste em benefícios. (tíquete, alimentação, entre outros). O problema é que a ENEVA não apresentou avanço real nas negociações, nem em nenhuma das cláusulas. Não apresentou melhoras significativas em benefícios, como o Auxílio Alimentação, e também não atendeu a NENHUMA PROPOSTA de melhoria apresentada pelos trabalhadores e trabalhadoras, como melhoria nos salários e benefícios. A ENEVA ainda quis restringir o Plano de Saúde, querendo adiar a possibilidade de contribuição dos trabalhadores (as), mas desistiu após resistência dos trabalhadores (as) e do Sindicato; e congelar o Auxílio-Material Escolar, além de NÃO CONCORDAR com a implantação do Plano de Cargos.



E para os trabalhadores e trabalhadoras que estão em campo nas UTE's, a Empresa não concorda em regulamentar a permanência de ambulância, seja própria ou contrato, mostrando que trata seus funcionários e funcionárias com descaso. Quanto ao bônus refeição da UTE Parnaíba, a empresa atendeu parcialmente.

O Sindicato rechaçou a tentativa imoral da empresa de retirar a conquista dos trabalhadores, e quer implantar o sistema de Banco de Horas para os trabalhadores da UTE Parnaíba. A Empresa alegou a situação de Recuperação Judicial em que se encontra para não apresentar maiores e mais significativas propostas.

A LUTA NOS SAAE's



SAAE ARARI

O diretor do SAAE continua resistente para não negociar melhoria dos benefícios dos trabalhadores. O diretor fica jogando a culpa sobre o prefeito e este fica se escondendo para não receber o sindicato, numa clara demonstração de enrolação. Os trabalhadores não aguentam tanto descaso por parte daqueles que deveriam fazer a gestão da autarquia de forma séria, democrática, autônoma e competente, não a utilizando como trampolim político. Esperamos que o prefeito resolva essa situação e negocie melhoria para os trabalhadores.

SAAE CODÓ

A diretoria do SAAE acha que, com a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, estariam resolvidos todos os problemas dos trabalhadores, deixando a partir daí, de reajustar os salários. Pois, quando o presidente da Câmara era um mero funcionário de carreira do SAAE sempre reclamava que a autarquia tinha condições de ser melhor, e com isso dar melhores condições de trabalho e de vida para os trabalhadores. Que não era necessário ter aquela quantidade de prestadores de serviços terceirizados. Mas com a ascensão deste funcionário, alçado à condição de Edil, e com isso tendo forte influência no SAAE, inclusive, indicando seus diretores, nada melhorou para os trabalhadores, pois o número de terceirizados só aumentou e os trabalhadores próprios tem tido seus salários achatados a cada dia devido a não reposição das perdas salariais, o que vem acontecendo desde a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários. E aí vereador, o SAAE vai continuar assim?

SAAE TIMON

A situação do SAAE está bastante complicada, pois depois que os serviços de saneamento foram entregues à iniciativa privada, para que fosse explorado o filé do saneamento, ou seja, foi repassado à iniciativa privada apenas a exploração da Zona Urbana, a parte do saneamento que dá lucro, deixando a zona rural para ser explorada pelo SAAE, ficando a população com o ônus da irresponsabilidade da gestão pública timonense. Após a privatização, o poder público municipal ficou responsável pela folha de pagamento do SAAE, pois, a autarquia não tem arrecadação suficiente, devido ter ficado apenas com o osso, ou seja, ao SAAE sobrou apenas a parte que dá prejuízo, mas que o poder público tem a obrigação de levar os serviços de água, com qualidade para essa população, que é a exploração da Zona Rural, onde a arrecadação é insuficiente, tendo o poder público que arcar com as despesas, inclusive salariais. Após a privatização, o poder público municipal não tem dado atenção necessária aos trabalhadores da autarquia, pois tem tomado atitudes que só prejudicam os trabalhadores, como a não implantação do Plano de Cargos de acordo com a lei aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pela então prefeita do Município, pois o mesmo era para ter sido implantado desde o mês de janeiro de 2013. Para prejudicar os trabalhadores, foi encaminhado um novo projeto de lei, não contemplando aquilo que tinha sido discutido em reunião com o sindicato, impondo perdas aos trabalhadores. Queremos uma tabela salarial decente, onde os trabalhadores sejam valorizados. Não queremos que o prefeito e seus assessores continuem se escondendo para não se reunir com o sindicato, pois o que queremos é buscar saídas para melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

UM ANO E NADA MAIS

Em 1º de janeiro o Governo Flávio Dino completou um ano, com o slogan “Um Maranhão de todos nós”. Com ele, aportou uma nova diretoria na CAEMA. Os trabalhadores do saneamento, e em particular da Companhia, embalados pelas promessas do então candidato a governador, acreditaram que estava chegando à empresa uma nova forma de gestão pautada na seriedade, na transparência, na democracia, na autonomia da gestão, e principalmente, que seus trabalhadores fossem valorizados, pois ninguém melhor do que aqueles que doaram parte de suas vidas, dedicando-se diuturnamente, para o engrandecimento da empresa, deixando suas famílias em segundo plano em prol de um objetivo, que era mudar a realidade da companhia que, ao longo do tempo, vivia subjugada aos ditames de políticos que a usavam para colocar seus apadrinhados.

Com a nova gestão da empresa, achávamos que essa prática do apadrinhamento e da politicagem tinha mudado e havia sido enterrada, pois, com um novo governo, novas práticas estavam chegando. Porém, não foi isso que se viu na CAEMA. Tudo aquilo que era criticado foi mantido e a politicagem continua solta. Os cargos comissionados, mais conhecidos pelos trabalhadores, como paraquedistas, continuaram chegando, e a maioria sem saber nem o que veio fazer. A politicagem continua imperando na empresa.

O governo se quiser, realmente, melhorar as condições do saneamento no Estado, deve criar urgentemente, uma política de Estado para o saneamento e, uma política de gestão para a CAEMA, que priorize seus trabalhadores e a sociedade, pois a empresa foi sucateada ao longo dos anos e tem que ser recuperada, pois o objetivo que todos almejam alcançar é levar água de qualidade e tratamento de esgoto à sociedade.

O governo tem que definir qual o modelo quer seguir, pois, o compromisso do então candidato a governador, o senhor Flávio Dino, era manter os serviços de águas e esgotos sob a égide da empresa pública, ou seja, a CAEMA continuaria pública e fortalecida pelo governo, com a participação dos trabalhadores. Mas não é só a empresa estadual de saneamento que deve se manter pública, as empresas e autarquias municipais, também tem que ser fortalecidas e continuarem prestando esse serviço essencial à população. Isso se faz necessário, pois existe uma onda avassaladora, que está invadindo o nosso Estado, com o intuito de privatizar os serviços de água e esgoto, iniciando pelos municípios. E isto está acontecendo, exatamente, nos municípios onde os gestores fazem parte da base aliada do governador. No município de Timon, os serviços já foram privatizados; em Barra do Corda já foi iniciado o processo, já tendo sido criado até a empresa que assumiria os serviços; Em Imperatriz, também já há discussão sobre a retomada dos serviços para

privatizar; em Santa Inês, o processo está avançado, sendo que a prefeitura entrou na justiça para retomar o serviços e repassar à iniciativa privada, sendo contestado pela CAEMA, ou seja, o processo agora é judicial. E nesse interim, a CAEMA pouco tem feito para melhorar seus sistemas, e com isso, comprovar sua eficiência à população. E o governo tem sido omisso, em relação a essa onda privatista que se alastra pelo Maranhão.

A privatização do saneamento tem trazido prejuízos incalculáveis à sociedade, pois onde foi efetivada, a exemplo de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, os serviços não melhoraram e as tarifas subiram de forma exorbitante, o que levou o Ministério Público a entrar com ação judicial, sendo deferida, inclusive, o pedido de redução das tarifas. Em Timon, o processo é o mesmo. As tarifas aumentaram assustadoramente.

A nova (velha) gestão da CAEMA não tem correspondido às expectativas, pois continua fazendo aquilo que foi criticado nas gestões anteriores, não dando transparência à gestão. Os sistemas continuam sucateados, muitos estão caindo, podendo desabar sobre os trabalhadores. A maioria dos Contratos de Concessões, com os municípios, já expiraram ou estão em vias de expiração; o número de Cargos Comissionados é exorbitante, o que faz com que o monte de pessoas de fora do quadro da empresa sejam trazidas sem que tenham competência para os cargos.

A diretoria chegou com um discurso que iria trabalhar com os funcionários, porém não é o que estamos vendo, pois o dia a dia da empresa é feita de desmando, como na Regional de Presidente Dutra. E até as reuniões mensais com o sindicato propostas pela própria diretoria, agora já não existem mais, pois são desmarcadas sistematicamente pelo presidente da empresa, que não quer mais sentar à mesa com o sindicato, devido às críticas que tem sido feitas à gestão. Ele achava que dominaria a direção do sindicato, porém com as críticas ficou melindrado. O presidente tem que entender que a direção do sindicato foi eleita pelos trabalhadores para defendê-los e não vai se afastar nenhum milímetro dessa delegação dada pelos trabalhadores, e continuará denunciando os desmandos praticados por essa gestão.

Contudo, continuaremos na esperança de dias melhores para a sociedade maranhense, e isto se dá também, pela melhoria do saneamento ambiental do Estado, com o fortalecimento do setor e consequentemente das empresas, tanto a CAEMA (empresa estadual) quanto os SAAE's (autarquias municipais), pois esperamos que o Governo do Estado, efetivamente, busque uma saída, para a melhoria da qualidade de vida da população, e cumpra com suas promessas de campanha. E isso passa, efetivamente, pela participação dos trabalhadores.

ACORDO COLETIVO

Na CAEMA, entra gestor e sai gestor, e os problemas continuam sempre em detrimento dos trabalhadores. O STIU-MA agendou reunião com o senhor Nilson, novo diretor de Gestão Administrativo-financeira e de Pessoas, para discutir problemas que vem se acumulando, pois desde o fechamento do Acordo Coletivo de trabalho, em julho de 2015, que a CAEMA ficou devendo um passivo aos trabalhadores referentes a várias cláusulas que tiveram sua retroatividade à data-base, ou seja, a 1º de maio, como diferenças de diárias, ressarcimentos de cobrança a maior no ticket, para quem teve seu percentual reduzido, ou que entrou na faixa de isenção, Adicional de periculosidade para quem trabalha em motocicleta, a normatização do Auxílio Educação, que até agora não saiu, o que se caracteriza como descumprimento do acordo coletivo. Isto tem deixado os trabalhadores sem receber aquilo a que tem direito, além de emperrar a tramitação de processos sobre periculosidade e insalubridade, justificando que tal demora se dá devido ao retardamento do cronograma de visitas, o que não justifica, pois onde está o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT, que deveria ser o norteador para o pagamento destes adicionais? E com isso, não sendo necessário o deslocamento até o local de trabalho de quem requisita os adicionais, para checar se o local dá direito ou não ao referido adicional. Ou a CAEMA quer economizar negando direito dos trabalhadores? Tem processo que foi encaminhado ao SESMT desde 21 de julho de 2014, e até hoje não houve despacho dando encaminhamento ao mesmo, nem que seja devolvendo, ou seja, está há quase dois anos parado, e pior, ninguém encontra. Todos nós sabemos que a CAEMA é uma empresa, que a maioria de seus locais de trabalho, por natureza, são insalubres ou perigosos, e porque a empresa não cumpre a legislação referente ao LTCAT? Fica a pergunta no ar.

Por outro lado, continuamos criticando a gestão da empresa que explora os trabalhadores, colocando-os para trabalhar em dupla função, sendo-lhes, em alguns casos, negado o apontamento das horas extras, em sua totalidade, alegando meta de horas extras/mês, ou com ameaça de transferência. E por culpa dessa dupla função, os trabalhadores estão solicitando equiparação salarial, conforme determina a legislação vigente, tendo inclusive, jurisprudência, em ações judiciais, onde a própria CAEMA foi ré e perdeu. Porém a direção da empresa faz de conta que as solicitações não existem.

Esperamos que o planejamento estratégico que a CAEMA fez seja parte de um grande planejamento para tirar a empresa do caos em que se encontra, levando em consideração aqueles que dão sua vida para o soergimento da empresa. E que a direção da companhia passe a cumprir aquilo que foi acordado, inclusive, com o aval do próprio presidente, que esteve nas reuniões decisórias.

É importante, que retorne as reuniões mensais com o presidente, de acordo com cronograma pré-definido, que foram suspensas após críticas do sindicato à gestão da empresa. Não podendo o trabalhador ser prejudicado com a tentativa da direção da empresa em querer desacreditar a direção do sindicato, por críticas à gestão, não se sabendo por quais interesses.

Vamos à luta!!!

PRÁTICA ANTISSINDICAL NA CAEMA

A prática antissindical na CAEMA anda solta, pois a gestão do senhor Davi Telles tenta amordaçar quem denuncia os desmandos praticados na empresa com esse modelo de gestão que só beneficia os apadrinhados em detrimento dos trabalhadores e da população. O exemplo, é que na gestão anterior, um dirigente sindical usando de suas atribuições que lhe cabem enquanto dirigente, inclusive, liberado para o sindicato, falando em nome do sindicato, levantou a voz contra os desmandos da referida gestão, numa audiência pública realizada na câmara de vereadores do município de Imperatriz, onde era discutido o saneamento do município. Devido a esse fato, a direção da CAEMA abriu Inquérito Administrativo para apurar a conduta do dirigente e puni-lo. Após reunião do sindicato com a diretoria da empresa sobre o caso, a CAEMA foi convencida de que se tratava de prática antissindical e decidiu arquivar o Inquérito. Ocorre que, ao não se dobrar diante da nova gestão, a direção do sindicato se viu surpreendida com a reabertura do caso, e pelas informações colhidas, teria sido o próprio presidente que teria mandado reabrir o caso, mostrando sua verdadeira face diante das posições contrárias daqueles que não se submetem às suas ordens.

Neste mesmo diapasão, quem se coloca de forma contrária às políticas implantadas pela empresa são tratados como inimigos, como foi o caso de um trabalhador que tinha função gratificada e que ao participar de forma democrática do Encontro Regional de São Luís, encontro este preparatório ao 5º Congresso Estadual dos Urbanitários do Maranhão, realizado no dia 28/11/2015, que ao colocar em sua fala que não precisaria trazer gente de fora pra fazer a gestão, foi sumariamente, destituído de sua função e transferido de seu local de trabalho, mostrando mais uma vez a sua cara. Acontece que este companheiro não disse nada além daquilo que a direção do sindicato vem dizendo ao longo do tempo. Pois, o problema é de gestão, e não vamos nos calar diante das atrocidades praticadas por quem quer que seja. A direção do sindicato reafirma sua posição que os trabalhadores da CAEMA são competentes e não precisamos de ninguém de fora para os cargos técnicos, pois os trabalhadores da empresa são competentes, fato este já divulgado à exaustão, pela direção do sindicato, que contesta esse modelo de gestão.

ARTIGO

SE O GOVERNO DILMA QUER PRIVATIZAÇÃO, NÓS LUTAREMOS CONTRA ESSE GOLPE

O que era pra ter sido uma audiência pública para oficializar nesta quarta-feira (3) a privatização da CELG, empresa de distribuição de energia de Goiás, foi na verdade uma audiência privada. Menos de cem pessoas, muitas delas assessores do governo do estado, lotaram o pequeno auditório da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Goiás (ACISG).

Enquanto isso, mais de 2 mil trabalhadores e trabalhadoras de vários estados do País, representados pelas centrais sindicais CUT, CTB, CONLUTAS, a CNU, FNU, FURCEN, FISENGE, FNE e CNE, juntamente com militantes dos movimentos sociais como MAB e MST foram barrados na entrada da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Goiás (ACISG) e tiveram que protestar do lado de fora.

As arbitrariedades foram tão escandalosas que a polícia de Choque do governador Marconi Perillo (PSDB) era quem fazia a seleção daqueles que iriam ou não entrar na sede da ACISG para participar da audiência. Os policiais, que dormiram na sede da entidade privada, quiseram intimidar o movimento e ameaçaram guinchar o carro de som das entidades. Mas como não havia motivos para isso, multaram o veículo. Até a imprensa sindical foi impedida de participar da audiência, enquanto os jornalistas de empresas privadas tinham livre acesso. São inúmeros os fatos lamentáveis ao longo desse processo de privatização da CELG.

Foi uma grande vergonha o que se viu fora e dentro da ACISG. As poucas pessoas contrárias à venda da CELG que entraram foram desrespeitadas. Algumas quase foram agredidas.

Agora está claro para o movimento sindical e social como será a tratativa com os governos Dilma e Perillo. Com os tucanos, habituados às privatizações, nunca tivemos afinidades mesmo. Então, a postura será a de sempre.

Mas com o governo Dilma, que apoiamos acreditando no compromisso de que as empresas públicas não seriam privatizadas, é um golpe duro demais para a classe trabalhadora.

É inconcebível que o governo federal, que é o acionista majoritário, inclua essas empresas de importância estratégica do Setor Elétrico, indutoras do desenvolvimento regional, no programa de privatização, contrariando o compromisso assumido com a classe trabalhadora, com os movimentos sindicais e sociais. Essa postura esquizofrênica é lamentável. Afinal, não foi para privatizar empresas públicas que ajudamos a eleger este governo. Reagiremos a mais esse "revés neoliberal" do governo Dilma.

De agora em diante, as medidas adotadas serão duras e sempre que possível a Justiça será acionada. Vamos potencializar esforços na Ação Popular proposta pelos senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Lindbergh Farias (PT-RJ) e o dirigente sindical do STIUEG, Eliomar Palhares. Também buscaremos apoio no ministério público federal e estadual.

Para toda ação existe uma reação. E não foram os movimentos sindicais e sociais que buscaram a ruptura das relações com o governo federal. Muito pelo contrário. Há anos estamos sofrendo golpes duros. A MP 579, a redução da base de cálculo da periculosidade, a judicialização das campanhas salariais, são alguns exemplos.

Lutamos e continuaremos lutando pela democracia e contra golpes. Não nos rendemos e jamais desistiremos da luta!

**IMPEACHMENT É GOLPE!
PRIVATIZAÇÃO É GOLPE E TRAIÇÃO!**

Fonte: CNE



**O ESPAÇO PARA
SUA DENÚNCIA E
SUA INDIGNAÇÃO**

CAEMA - VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES 1:

Com a contratação da empresa - Aguiar Transporte - a CAEMA de forma unilateral, retirou os ônibus que faziam o trajeto Trabalho / Residência / Trabalho no horário do almoço, trajeto este que era feito por longos anos, e que a empresa retirou sem sequer discutir com os trabalhadores, mesmo tendo a gestão anterior iniciado discussões com o sindicato sobre o assunto. Este é um dos pontos de valorização dos funcionários que a Direção da CAEMA está fazendo? Deixando os trabalhadores do Sacavém, no horário de almoço, jogados nas imediações da rodoviária?

CAEMA - VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES 2:

A gestão atual da CAEMA continua com seu processo de valorização dos trabalhadores. Agora os funcionários do ITALUÍS - por falta de pagamento ao restaurante, os trabalhadores tiveram uma grande surpresa, ou seja, na hora do almoço, o cardápio era ovo, ovo e ovo. Queremos saber até quando vai essa valorização?

CAEMA - VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES 3:

Os trabalhadores querem saber qual o motivo da retirada dos ônibus com ar condicionado e banheiro que faziam o trajeto para o ITALUÍS, pois desde quando a Aguiar Transportes passou a prestar esses serviços para a CAEMA, os ônibus com essas características foram retirados. Será que para economizar, ao invés de tirar os paraquedistas, a CAEMA vai querer que os trabalhadores façam suas necessidades fisiológicas na beira da estrada? Isso porque, o trajeto para o ITALUÍS, dura em torno de três horas e meia, isto desde o momento em que o primeiro trabalhador entra no ônibus, no início da rota. Com a palavra, a diretoria da CAEMA.

SAAE TIMON

O Diretor do SAAE de Timon está colocando a vida de vários trabalhadores em risco. Isto porque o SAAE, depois da privatização da zona urbana, ou seja, depois que o prefeito deu o filé para iniciativa privada, ficou com o osso, ou seja, com os serviços de abastecimento de água nos povoados, colocando uma pessoa que não é habilitada para conduzir o transporte que leva os trabalhadores para a zona rural daquele município. Os trabalhadores informaram que tem pessoal habilitado. Mas, por não ser amigo do diretor, não tem autorização para dirigir o veículo. Com a palavra o diretoria do SAAE.

CONVÊNIOS STIUMA

COLÉGIOS (INFANTIL/FUNDAMENTAL/MÉDIO)

APOIO - 3243-3530
colegioapoio@elo.com.br

SANTA TERESA - 3231-5288
cst@colegiosantateresa.com.br
www.colegiosantateresa.com.br

COLEGIO PARALELO - 3231-8538 / 7731
paralelo@hotmail.com

COLÉGIO BATISTA
3131-1411 João Paulo
3227-2989 Renascença

COLÉGIO PITÁGORAS - 3878-8010

SISTEMA EDUCACIONAL MASTER
Fone: (98) 3249-0779

Colégio Dom Bosco - Fone: 4009-7070

Domínio - Centro de Estudos e Apoio Pedagógico
Fones: (98) 3302-3417, 98135-2922, 99906-5616

FACULDADES

FLORENCE 3878-2120
www.florencesuperior.com.br
florencesuperior@gmail.com.br

PITÁGORAS (FAMA) - 3878-8010
www.faculdadepitagoras.com.br

SANTA FÉ - 2109 0505
facasantafe@elo.com.br - www.santafe.edu.br

UNDB - 4009-7066/7070 - www.undb.edu.br

FACULDADE SANTA TERESINHA - CEST
Fone: 3213-8000

FACULDADE UVA (IDEM) - Fone: 3213-7000

ICBEU - 3221-0118 - www.icbeu.net

DATA CONTROL - 3232-8666
datac@datacontrolma.com.br
www.datacontrolma.com.br

**PARA MAIS INFORMAÇÕES ENTRE
EM CONTATO COM O SINDICATO**
3221 1411 / 3082 6820
3083 5597

MICROLINS
3221-1162 / 3268-7800 / 3225-4545
saoluis@microlins.com.br
www.microlins.com.br

MAIAS - 3266-0629

AUTO ESCOLA - CFC CIDEP
Fone: 3249-0449

AUTO ESCOLA UNIDAS
3243-2642 / 3243-4996

MIGUN - Fone: 3222-9401
MASSAGEM TERAPEUTICA